



Jornal Notícias

17-04-2016

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 110603

Temática: Economia

Dimensão: 3400

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/8 a 10

Offshore Panamá
GES na origem dos
milhões de amigo
de José Sócrates

Páginas 8 a 10

João Pedro Martins denuncia há anos a “lavagem de dinheiro” e “fuga ao fisco” na zona franca, a “primeira parceria público-privada” do país



O ativista refere uma diretiva europeia que obriga bancos, advogados e revisores de contas a identificar os reais donos das empresas e que, garante, não é cumprida

“A Madeira coloca Portugal na rota da batota fiscal”

Alexandra Figueira
afigueira@jn.pt

► Economista e ativista ligado a organizações como a Tax Justice Network, o Observatório de Economia e Gestão de Fraude ou a Associação Miqueias, João Pedro Martins assinou dois livros sobre paraísos fiscais, como o *Suite 605*. Aos 46 anos de idade e sem militância partidária, espera que, com os Documentos do Panamá, as pessoas percebam que pagam mais impostos porque os ricos usam os offshore para fugir ao fisco.

Esperava encontrar mais figuras públicas portuguesas nos Documentos do Panamá?

Isto apenas acabou de começar, em todo o Mundo, incluindo Portugal. Se até aqui havia dúvidas sobre a existência de offshore, a partir de agora a opinião pública já não as tem. Os Estados e os líderes mundiais estão a ser pressionados para fazer alguma coisa.

Os paraísos fiscais são só ilhas remotas ou os Estados Unidos e a Europa estão no coração do problema? Sim, é uma realidade. Quase todos os territórios que dependem da coroa britânica são uma espécie de Madeira. Londres é um grande centro financeiro offshore. Bruxelas também é. Encontrei empresas na Madeira que usam os



Há uma elite corrupta que capturou grande parte do poder. Gente que não quer pagar impostos e que obriga os concidadãos, mais pobres, a pagar a fatura completa”

tratados de dupla tributação da Bélgica com mais de 120 países.

Como estão organizados?

Cada um é especializado numa área: a Suíça em contas numeradas, o Luxemburgo em fundações para heranças, a Madeira para manipulação de preços de transferência [quando se compra um produto por 10 e se revende por 100, sempre entre empresas do mesmo dono]. O senhor Juncker é um pirata, um terrorista fiscal, arruinou a Europa com os acordos secretos que assinou enquanto governante do Luxemburgo com multinacionais que pagavam 1 e 2% de impostos e nada no país de origem. Ajudou a delapidar os recursos de mui-

tos estados da Europa e hoje é presidente da Comissão Europeia! O mesmo se passa com os acordos celebrados pelo Estado holandês: 19 das 20 empresas do PSI 20 estão na Holanda. Está tudo interligado. Quem tem uma empresa no Panamá tem também na Madeira, em Gibraltar, nas Ilhas Virgens britânicas, depois usa o Luxemburgo para esconder a fortuna de família... O circuito está montado. E quem faz as leis são os escritórios de advogados que, ao mesmo tempo, dominam a legislação ao nível transfronteiriço.

Já apelidou a Madeira de ser um “bordel tributário”, um “ninho de corrupção” ou “um viveiro de crime organizado”. O que ganha a Madeira?

O que ganha é colocar Portugal na rota da batota fiscal internacional. Há variados casos de lavagem de dinheiro. É o único do Mundo gerido por privados. A Sociedade de Desenvolvimento da Madeira é a primeira parceria público-privada em Portugal, começa em 1987, com Cavaco Silva. Dionísio Pestana tem 75%, os outros 25% são do Governo Regional. É um privado a administrar os tributos da coletividade, é uma vergonha! Na Madeira, o que assistimos é que um grupo restrito de pessoas, uma elite corrupta capturou grande parte do poder político, gente que não quer pagar impostos e que obriga os concidadãos, mais pobres, a pagar a fatura completa.

Que escritórios de advogados estão envolvidos na Madeira?

Todos os grandes, sem exceção. Alguns acumulam com deputados no Parlamento, outros são meros consultores. Quando auxiliam o legislador a criar uma lei no nosso país, estão também a trabalhar para clientes que vão beneficiar dessa lei.

O negócio exige a convivência da Banca. Que bancos nacionais estão envolvidos?

São pacotes “chave na mão”: empresas criadas por escritórios de advogados, passadas para a Banca, com a intervenção de sociedades de gestão. Há 23 na Madeira, que nomeiam testas de ferro para serem diretores das empresas, criam contas bancárias aqui e no estrangeiro através de procuração, fazem as atas, têm revisores oficiais de contas... Um é a KPMG, que trabalha com mais incidência na Madeira e também dá formação aos inspetores tributários. É uma promiscuidade tremenda!

Os envolvidos em negócios através de offshore garantem que cumprem a lei. Tem indícios de ilegalidades?

Uma diretiva comunitária de 2005 diz que notários e advogados são obrigados a identificar o verdadeiro dono da empresa. E não o fazem. Os revisores oficiais de contas também têm a obrigação de perguntar quem é o dono da empresa e não o fazem. Os bancos, quando estão a constituir contas bancárias e a autorizar fluxos de capital transfronteiriços, também têm esta obrigação legal e não o fazem. ●

como funciona :

João Pedro Martins conta, na primeira pessoa, alguns casos ocorridos na zona franca da Madeira e que demonstram como funciona o mundo opaco dos paraísos fiscais e das sociedades offshore.

As 120 "Tagias" criadas pela Morais Leitão. Uma pertence a Carlos Santos Silva

● "A Morais Leitão criou 120 empresas com o mesmo nome: Tagia. A Tagia 1, Tagia 2, Tagia 3..." Foram criadas com base no primeiro regime fiscal que, até 2011, pagava zero de IRC, imposto de selo e mais-valias e não fazia retenção na fonte, nos juros bancários. "Criaram esta bateria de empresas, mantinham o mesmo número de contribuinte". As empresas "ficavam adormecidas" até serem vendidas a um investidor. Nessa altura, mudavam o nome e o domicílio fiscal da empresa "para evitar o rastreamento" por parte da Autoridade Tributária. "Era o esquema habitual", disse. "E uma destas empresas está nas mãos de Carlos Santos Silva, é informação pública", garante.

Ilídio Pinho é dono da Winterfell. Isabel dos Santos tem uma firma com o mesmo nome

● Quando o "Expresso" e a TVI disseram que Ilídio Pinho está envolvido nos Documentos do Panamá, o empresário negou. Logo depois, os jornalistas revelaram documentos com a sua assinatura. Uma busca na base de dados do Portal da Justiça mostra que Ilídio Pinho tem, ainda, pelo menos uma empresa na zona franca da Madeira. Chama-se Winterfell. "É o mesmo nome de uma empresa de Isabel dos Santos", a Winterfell 2 Limited. João Pedro Martins acrescenta que uma das empresas que Isabel dos Santos tem na Madeira tem um "capital social de seis mil euros e controla o conglomerado de empresas que tem em Malta", um paraíso fiscal. Daí, "através da Kento, veio colonizar a nossa economia", comprando participações na Nos, no BPI e na Efacec, por exemplo. "Toda esta promiscuidade não é normal! É pernicioso!", lamentou.

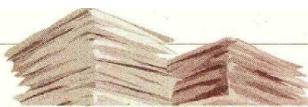
Do zero aos três mil milhões de faturação e de volta a zero, no espaço de três anos

● A Wainfleet faz parte de um conjunto de quatro empresas, criadas na zona franca da Madeira, e detidas pela UC Rusal, a maior produtora mundial de alumínio, conta João Pedro Martins. Esteve adormecida até 2005, ano em que faturou três mil milhões de euros. "É a empresa que mais fatura em Portugal, mais do que a Autoeuropa!". O volume de faturação repete-se nos dois anos seguintes e, "em 2008, faturou zero". "Numa empresa normal, isto não acontecia", disse. O Tribunal de Contas da Rússia ligou a empresa a Oleg Deripaska, "que chegou a ser o sexto homem mais rico do Mundo e está proibido de entrar nos Estados Unidos, no Canadá e no Reino Unido por eventuais ligações ao crime organizado". Ou seja, conclui, "o que fizeram na Madeira foi lavar dinheiro da máfia russa".

Uma empresa que ocupa o espaço correspondente a um disco de vinil

● "Na Madeira, mil empresas ocupam um espaço de cem metros quadrados, o correspondente a um disco de vinil ou um mosaico de cerâmica de cozinha por cada uma. Quando escrevi o livro, estavam lá a maior produtora mundial de aço (Arcelor Mittal), de alumínio (UC Rusal) e a segunda maior cigareira (British American Tobacco), sete bancos, dezenas de financeiras, a Sonangol e a Chevron – a vendem petróleo e apoio logístico dentro da mesma sala, quando nem um navio alguma vez entrou no porto da Madeira, são só faturas". Estas eram algumas das empresas com sede no mesmo espaço, a Suite 605, que deu o nome ao livro de João Pedro Martins.

Nacional



Documentos do Panamá

Documentos do Panamá Dinheiro na conta de Carlos Santos Silva na Suíça passou por Hélder Bataglia

GES apontado como origem dos milhões

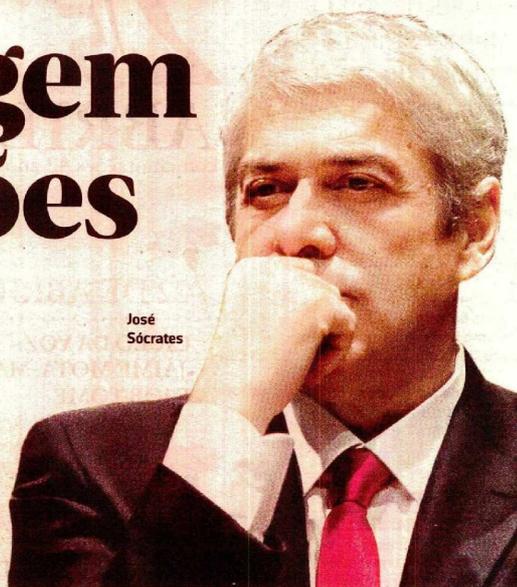
Nuno Miguel Maia e Nuno Miguel Ropio
 sociedade@jn.pt

► Uma parte significativa dos cerca de 15 milhões de euros que ainda restam em contas de Carlos Santos Silva, amigo e alegado testa de ferro de José Sócrates, teve origem na ES Entreprises, o chamado saco azul do Grupo Espírito Santo (GES). A informação é conhecida no Ministério Público e consta já no processo da Operação Marquês, surgindo complementada no dossiê

Documentos do Panamá, que confirma a utilização daquela empresa para pagamentos não documentados por parte do GES.

O empresário luso-angolano Hélder Bataglia foi o autor das transferências de 12,5 milhões de euros, a partir de duas sociedades offshore, para uma conta na Suíça do vice-presidente do Grupo Lena, Joaquim Barroca Rodrigues. Por sua vez, a partir desta conta, o dinheiro foi transferido para contas tituladas por Santos Silva. Como explicação de tais pagamentos,

José Sócrates



tem sido alegado um favorecimento de Sócrates ao empreendimento Vale do Lobo, do qual Bataglia é acionista. Porém, questionado pelo "Expresso" e pela TVI – parceiros em Portugal do Consórcio Internacional de Jornalistas de Investigação, que explora os Documentos do Panamá –, Bataglia diz que a ES Entreprises foi a origem daquela verba. O empresário disse apenas o que os magistrados da Operação Marquês já sabiam. E escreveram recentemente: primeiro, num despacho que determinou a manutenção do bloqueio das contas do suposto testa de ferro de Sócrates e, depois, numa carta rogatória para Angola que visa precisamente constituir Hélder Bataglia como arguido.

O Departamento Central de Investigação e Ação Penal é, aliás, perentório: o ex-grupo GES (controlado por Ricardo Salgado e família Espírito Santo) foi – a par do Grupo Lena, Vale do Lobo e Escom – beneficiário de contratos imobiliários, de obras públicas, de concessões rodoviárias e de outros negócios da esfera do poder que tiveram suporte nos governos de Sócrates.

A defesa do ex-primeiro-ministro já garantiu não existir qualquer relação negocial com Hélder Bataglia e que as "novas 'suspeitas'" são "totalmente infundadas, abusivas e caluniosas". ●



RICARDO SALGADO OFFSHORE NAS ILHAS CAIMÃO E NO PANAMÁ COM A MULHER

O ex-presidente do Banco Espírito Santo (BES), Ricardo Salgado, não declarou nos três planos do Regime Excepcional de Regularização Tributária (RERT), a que aderiu entre 2005 e 2012, duas offshore nas Bahamas e nas Ilhas Virgens Britânicas – em nomes das quais estavam contas bancárias no Panamá e nas Ilhas Caimão.

De acordo com o trabalho dos Documentos do Panamá, do Consórcio Internacional de Jornalistas de Investigação (ICIJ), ontem revelado pelo semanário "Expresso", Salgado nunca elencou nos RERT (amnistias fiscais para quem tinha dinheiro lá fora, implementadas nos governos de José Sócrates) a Eolia Holdings Limited, nem a Penn Plaza Management Inc, entre os 34 milhões de euros que regularizou em sete anos.

Confrontado com tais dados, o banqueiro, que deixou de estar em prisão domiciliária em 2015, clas-

sificou-os "difamação e especulação".

Criada em 1997, nas Bahamas, a Eolia tinha como detentores o banqueiro e a mulher, Maria João Calçada Bastos. Esta offshore chegou a ter dois depósitos bancários: um primeiro nas Ilhas Caimão (território britânico nas Caraíbas) e depois outro no Panamá. Ambas as contas estavam em filiais do Grupo Espírito Santo (GES), que gozavam de gestão autónoma: BESIL Caimão e BES Panamá.

As mãos do filho de Salgado, José Ricardo Espírito Santo Salgado, foi parar um apartamento T4 duplex no Espaço Amoreiras, em Lisboa, comprado pela Eolia, em 2000. Sendo que a empresa foi detentora do imóvel até 2009, quando Salgado o terá adquirido à offshore de que era administrador, segundo os registos prediais consultados pelo "Expresso".

A empresa-fantasma terá ainda tido acesso a empréstimos bancários concedidos pelo BES e pelo BIC (Banco Internacional de Crédito) – esta foi das primeiras instituições criadas pelo GES, em 1986, quando o Espírito Santo regressou a Portugal, depois de terem saído em 25 de Abril de 1974.

Tal como a Eolia, a Penn Plaza Management teve semelhante ligação ao GES. Foi criada pela Gestar que, no universo Espírito Santo, geria offshore, também em 1997. Os

documentos da Mossack Fonseca, avanço o ICIJ, revelam um ativo financeiro, em 2000, de 5,4 milhões de dólares na Penn, que viria a mudar a sede para Las Vegas (EUA).

Em 2005, o Banco Privado Português (BPP), liderado por João Rendeiro, passa a administrar as contas da Penn, que chegou a ser representada pelo advogado José Miguel Júdice e pela filha Rita Alarcão Júdice.

JOÃO RENDEIRO DIAP APANHOU FIO À MEADA ANTES DO "PANAMA PAPERS"



O antigo dono do BPP, João Rendeiro, que começou a ser julgado a 4 de abril, em Lisboa, por falsificação da contabilidade da instituição, não está nos Documentos do Panamá. É o Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) que, no despacho de acusação – a que o "Expresso" alude –, a apontar o banqueiro como o dono da Penn Plaza, a tal offshore criada, em 1997, por Ricardo Salgado.

Além de ter detetado movimentações bancárias para a Penn, a mando de Rendeiro, o DIAP concluiu que, em 1998, a offshore adquiriu meio hectare de terreno ao lado da moradia de Rendeiro, na Quinta Patiño, em Cascais. O lote viria a ser arjardinado a pedido do banqueiro. A Justiça já arrestou estes bens.

HÉLDER BATAGLIA ASSOCIADO A OFFSHORE, PERMANECE LONGE DA JUSTIÇA

Com o nome associado pela investigação jornalística Documentos do Panamá a vários offshore, Hélder Bataglia permanece em Angola, tendo contra si um mandado internacional de detenção emitido pela justiça portuguesa.

Sócio do empreendimento turístico Vale do Lobo, no Algarve, o empresário liderou a Escom, um grupo de empresas de investimento em África da holding Espírito Santo, ligadas por uma sociedade offshore. Nascido em Portugal, mas também com cidadania angolana, é suspeito de corrupção e branqueamento de capitais.

MANUEL TARRÉ FERNANDES SETE SOCIEDADES CRIADAS AO LONGO DE 20 ANOS

Proprietário da Gelpex, empresa de produtos congelados com cerca

de 50 milhões de faturação ao ano, Tarré Fernandes aparece associado a sete sociedades. Ao "Expresso" justificou que já não mantém ligação a tais offshore, que terão servido para ajudar amigos estrangeiros a adquirirem moradias no Algarve e para resolver problemas de "âmbito familiar".

ILÍDIO PINHO LISTAGEM INCLUI EMPRESÁRIO E MEMBROS DA FUNDAÇÃO



À sociedade "IPC Management Inc", com sede nas Ilhas Virgens Britânicas e uma conta bancária no UBS Luxemburgo, surgem os nomes do empresário Ilídio Pinho e de quatro membros da fundação que criou.

É uma fatura emitida pela "Safehost" que denuncia este destacamento industrial português. O documento em nome da IPC tem a sociedade associada aos contactos da fundação. Pinho alegou que desconhece a IPC e que irá pedir esclarecimentos à "Safehost". ●